

SUMÁRIO

1

COMPLIANCE (CONFORMIDADE) DE DADOS PESSOAIS PARA MICROEMPRESAS: AUTORREGULAÇÃO REGULADA E REQUISITOS PARA EFETIVIDADE 19

Tarcisio Teixeira | André Pedroso Kasemirski

Introdução.....	19
1. Empresa e <i>compliance</i> : do conceito clássico à autoregumentação regulada	21
1.1. Conceito e Perfis da Empresa.....	22
1.2. Conceito e Evolução Histórica do <i>Compliance</i>	24
1.3. <i>Compliance</i> de dados: Autorregulação regulada e plasticidade da LGPD	30
2. Requisitos para efetividade do <i>compliance</i> de dados.....	36
2.1. Comprometimento, Imparcialidade e Avaliação.....	37
2.2. Riscos da Atividade, Código de Ética e Treinamentos.....	42
2.3. Monitoramento, Canais de Comunicação e Apuração de Condutas	45
Considerações finais.....	48
Referências bibliográficas	51

2

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E DATA MAPPING (MAPEAMENTO DE DADOS): DESAFIOS, PERSPECTIVAS E COMO SE ADEQUAR À NOVA LEI NA PRÁTICA 55

Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues

Introdução	55
1. Os direitos tutelados pela Lei Geral de Proteção de Dados	58
2. Os principais riscos de não se adaptar à LGPD	61
3. Importantes ferramentas de adequação à LGPD	65
3.1. <i>Compliance</i>	66
3.2. Boas Práticas de Governança.....	67
3.3. Gerenciamento de Riscos	69
3.4. Plano Emergencial para Incidente de Vazamento de Dados ..	71
4. Mapeamento de fluxo de dados pessoais e LGPD: como iniciar o tratamento de dados com segurança na prática.....	72
4.1. Como Elaborar um Mapeamento	74
Considerações finais.....	76
Referências bibliográficas	78

3

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA NA ÓTICA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS 83

Claudia da Rocha

Introdução.....	83
1. Conceito e origem da governança corporativa	85
1.1. Princípios Básicos da Governança Corporativa	90

2. Boas práticas, governança corporativa e a Lei Geral de Proteção de Dados	92
3. Pilares para a instalação de sistema que observe as boas práticas e a governança corporativa	101
Considerações finais.....	105
Referências bibliográficas	107

4

GERENCIAR RISCOS PARA PROTEGER DADOS PESSOAIS: ANÁLISE DE ACORDO COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	109
---	------------

Robson Fernando Sebold

Introdução.....	109
1. Lei Geral de Proteção de Dados: contextualização.....	112
2. Obrigatoriedade de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados ...	117
3. Gestão de riscos para proteção de dados de acordo com a LGPD	122
3.1. Gestão de Riscos.....	122
3.2. Gestão de Riscos e LGPD: <i>Compliance</i> e Segurança no Tratamento de Dados	125
3.3. Implementação da Gestão de Riscos para Proteção de Dados..	129
Considerações finais.....	138
Referências bibliográficas	140

5

A IMPORTÂNCIA DO PLANO EMERGENCIAL DE INCIDENTE DE VAZAMENTOS DE DADOS DIANTE DE UM CENÁRIO EXTREMAMENTE INCERTO	143
---	------------

Larissa Leandro Lara

Introdução.....	143
1. Cenário de hoje.....	145
2. Plano emergencial para incidente de vazamento de dados.....	151
1.1. <i>Privacy by Design</i> na LGPD.....	161
3. Responsabilidade social empresarial	166
Conclusões	169
Referências bibliográficas	170

6

ARQUITETURAS DE CONTROLE PREVISTAS NA LGPD E SUA APLICAÇÃO ÀS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS 175

Rodolfo Ignácio Aliceda

Introdução.....	175
1. LGPD no contexto das fases de regulação da internet.....	177
1.1. Fases de Regulação na Internet.....	179
1.2. Lei Geral de Proteção de Dados e Arquitetura de Controle...	185
2. Aspectos importantes da LGPD	188
2.1. Consentimento e Legítimo Interesse na Lei Geral de Proteção de Dados	195
3. Inteligência artificial	198
3.1. Arquitetura de Controle e Termos de Uso	201
3.2. Legítimo Interesse do Controlador e IoT (Internet das Coisas)	205
Considerações finais.....	206
Referências bibliográficas	208

7

A DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: A PONDERAÇÃO ENTRE PROTEÇÃO E LIBERDADE..... 211

Tarcisio Teixeira | Rodolfo Ignácio Aliceda

Introdução.....	211
1. Livre iniciativa e liberdade econômica.....	213
1.1. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica	220
2. A proteção de dados na realidade econômica	230
2.1. Lei Geral de Proteção de Dados e Marco Civil da Internet ...	237
3. Liberdade econômica e proteção de dados	240
Considerações finais.....	244
Referências bibliográficas	246

8

A NOVA LEI DE FRANQUIAS NO CONTEXTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS..... 249

Rennan Herbert Mustafá

Introdução.....	249
1. Disposições gerais sobre o sistema de franquias empresariais	251
2. Circular de oferta de franquias.....	259
3. Tratamento de dados pessoais no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados.....	263
4. Mecanismos para adequação à LGPD	270
Considerações finais.....	273
Referências bibliográficas	275

9

A EMPRESA E O ALCANCE TERRITORIAL DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS..... 277*Francisco Luís Hipólito Galli*

Introdução.....	277
1. A empresa.....	280
2. Dados pessoais e privacidade.....	288
2.1. Da produção de dados à proteção da privacidade.....	289
2.2. Alterações no Direito à Privacidade.....	296
3. O contexto normativo de proteção de dados no Brasil e seu alcance (extra)territorial.....	305
Considerações finais.....	313
Referências bibliográficas.....	314

10

PROTEÇÃO DE DADOS E DIREITOS HUMANOS: EXTRA-TERRITORIALIDADE E A SOBERANIA DE UMA CARTA DE DIREITOS DA INTERNET 317*André Pedroso Kasemirski*

Introdução.....	317
1. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais: os fundamentos da proteção de dados pessoais.....	319
1.1. A compreensão dos Direitos Humanos sob o prisma do Direito Internacional.....	320
1.2. Direitos Humanos (ou) fundamentais.....	324

2. Dados transfronteiriços, extraterritorialidade e transferência internacional	331
2.1. A tutela da privacidade na era da <i>big data</i>	335
2.2. Transferência Internacional na LGPD e no GDPR.....	341
2.3. Extraterritorialidade e Carta dos Direitos da Internet	346
3. Considerações finais.....	351
Referências bibliográficas	353

11

TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS ENTRE BRASIL E EUA: A COMPATIBILIDADE DO SISTEMA JURÍDICO AMERICANO DE PROTEÇÃO DE DADOS E A LGPD	357
---	------------

Eduardo Bueno Rodrigues

Introdução.....	357
1. A globalização e os desafios do fluxo de dados internacional no uso da internet	359
2. A cooperação internacional na troca de dados entre Brasil e EUA: os desafios do MLAT.....	368
3. Os fundamentos para adequação à transferência internacional de dados pessoais na LGPD	374
4. O complexo sistema jurídico de proteção de dados dos EUA e a adequação à LGPD.....	379
Considerações finais.....	395
Referências bibliográficas	397

12

RELEITURA DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO NA VIGÊNCIA DA LGPD 403

Fernando Ono Martins

Introdução.....	403
1. Um mundo em transformação pelos dados.....	405
2. Proteção dos dados pessoais: dever de sigilo dos agentes de tratamento.....	409
3. O poder público e a proteção de dados.....	413
3.1. Componentes do poder público brasileiro.....	414
3.2. Os regimes jurídicos do poder público	418
3.3. Releitura do princípio da publicidade sob a égide da LGPD nas relações do poder público.....	421
Considerações finais.....	426
Referências bibliográficas	427

13

A SEGURANÇA E O SIGILO DE DADOS DA LGPD APLICADA À PROPAGANDA PARTIDÁRIA E ELEITORAL NA INTERNET ... 429

Fujie Kawasaki

Introdução.....	429
1. Do direito à privacidade, intimidade e vida privada	430
1.1. Intimidade e Vida Privada.....	432
1.2. Autodeterminação Informativa	434
2. A Lei de Proteção de Dados Pessoais	435

2.1. Escopo De Aplicação e Conceitos Legais.....	437
2.2. Sujeitos Identificados na Lei e seus Direitos e Deveres.....	439
2.3. Dados Pessoais Sensíveis e Seu Tratamento.....	441
2.4. A Responsabilidade Civil na LGPD.....	445
3. Os partidos políticos.....	448
3.1. Propaganda Eleitoral na Internet e Incidência da LGPD....	449
3.2. Cessão de Dados Pessoais a Partidos Políticos.....	450
3.3. Dados Pessoais Sensíveis e Eleições	453
Considerações finais.....	454
Referências bibliográficas	455

14

O CASO FORTUITO COMO EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA NA LGPD..... 457

Patrícia Gasparro Sevilha Greco

Introdução.....	457
1. O panorama sancionatório na LGPD	460
2. O sistema sancionatório na GDPR e comparativos ao da LGPD ...	468
3. A responsabilidade prevista na LGPD.....	477
4. O caso fortuito, o sistema sancionatório e a responsabilidade na LGPD	489
Considerações finais.....	493
Referências bibliográficas	494